PEP 2024 – 3ª AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

HISTÓRIA

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

Analisar o desenvolvimento alemão, nas expressões política e econômica, entre o término da 2ª Guerra Mundial e a crise econômica de 2008, **destacando** a participação desse país em organismos internacionais e **concluindo** quanto ao seu papel no futuro do bloco econômico europeu.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		Obs
Introdução (10% a 15%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**		**Obs**
Desenvolvimento (55% a 70%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão.		
	M8	Divisão do todo em partes coerentes.	Totalmente.	
			Mais da metade das partes está coerente com o todo.	
			Menos da metade das partes está coerente com o todo.	
			Divisão sem coerência.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Totalmente.	
			Atendimento em mais da metade das ideias.	
			Atendimento em menos da metade das ideias.	
			Não atendimento das ideias.	
	M10	Análise das ideias com ligação de causa e efeito.	Totalmente.	
			Mais da metade das ideias com ligação.	
			Menos da metade das ideias com ligação.	
			Ideias sem ligação.	
	M11	Elaboração das ideias do destaque	Totalmente.	
			Mais da metade das ideias com ligação.	
			Menos da metade das ideias com ligação.	
			Ideias sem ligação.	
	M12	Elaboração das conclusões parciais.	De forma dedutiva.	
			Limitando-se a resumir.	
			Não elaborou as conclusões parciais.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO**		**Obs**
Conclusão (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho	M13	Retomada da ideia central		
	M14	Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais.	Com as ideias essenciais e de forma dedutiva.	
			Parcialmente com as ideias essenciais.	
			Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir.	
	M15	Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica).	Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
			Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
			Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento	
			Ideias sem suporte.	
	M16	Elaboração do parágrafo conclusivo.		
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
<u>Introdução</u> **(10% a 15%)** **Algumas ideias**	**C1**	O desenvolvimento da Alemanha, no período compreendido entre o término da Segunda Guerra Mundial (2ª GM), em 1945, e a crise econômica de 2008, foi marcado por transformações políticas e econômicas que moldaram o país e o conduziram a uma posição de relevo no continente europeu e no mundo.	
	C2	A Alemanha, país localizado na região central da Europa Ocidental, entre a França e a Polônia, foi responsabilizada por deflagar a 2ª GM por ocasião da invasão à nação polonesa em setembro de 1939. Juntamente com a Itália e o Japão, compôs o Eixo e entrou em guerra contra os países aliados: Inglaterra, França, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), expandindo suas fronteiras a leste e a oeste, sob a ideologia do nazismo. Em 1945, ao fim da guerra, foi derrotada pelas forças aliadas e ficou sob a tutela e administração dos países vencedores, iniciando um peculiar ciclo de desenvolvimento em termos econômicos e políticos.	
	C3	Seis décadas mais tarde, no ano de 2008, houve uma grave crise econômico-financeira global, que teve suas origens no mercado imobiliário especulativo dos EUA, afetando profundamente a economia dos países da Europa Ocidental. Para evitar o colapso do sistema financeiro mundial (com a quebra de importantes bancos e instituições financeiras de investimento) e os reflexos decorrentes no sistema produtivo internacional, governos da Europa, particularmente o da Alemanha, envidaram grandes recursos e esforços políticos no sentido de se evitar uma recessão ainda mais aguda na área econômica dos países que integravam a União Europeia (UE), importante bloco econômico europeu.	
	C4	A UE é um bloco político e econômico do continente europeu formado, atualmente, por 27 nações, constituindo-se em uma das organizações mais relevantes e influentes do mundo. Surgiu no contexto do pós-2ª GM, com o objetivo de recuperação econômica e de retomada da paz e da união entre os países do continente europeu. Com o passar do tempo, incorporou novos países-membros e evoluiu para uma união política e monetária. Em 1999, passou a vigorar o euro, moeda do bloco oficialmente adotada por 19 países, os quais fazem parte da Zona do Euro. O bloco tem demonstrado forte atuação global nas esferas política e econômica, em prol da segurança e do desenvolvimento socioeconômico dos seus países-membros, tendo na Alemanha um de seus principais integrantes com voz ativa em importantes organismos internacionais.	
	C5	A seguir, será analisado o desenvolvimento alemão, nas expressões política e econômica, entre o término da 2ª Guerra Mundial e a crise econômica de 2008, destacando a participação desse país em organismos internacionais e concluindo quanto ao seu papel no futuro do bloco econômico europeu.	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**	**Obs**
<u>Desenvolvimento</u> **(55% a 70%)** **Ideias**		**a. <u>O desenvolvimento alemão na expressão política</u>**	
	C7	A Alemanha nazista, derrotada na 2ª GM pelas forças aliadas, foi reorganizada pelos países vencedores e dividida em quatro zonas de ocupação, entre a França, a Inglaterra, os EUA e a URSS, bem como a sua capital Berlim, também dividida em quatro áreas. Em maio de 1949, houve a fusão das zonas francesa, britânica e norte-americana, dando origem à República Federal da Alemanha (RFA), ou Alemanha Ocidental, com as características políticas das democracias ocidentais ocupantes. Em outubro do mesmo ano, a zona de ocupação da URSS transformou-se na República Democrática da Alemanha (RDA), ou Alemanha Oriental, sob o regime comunista de orientação soviética. **Destaca-se** que a ocupação do território alemão pelos países aliados da 2ª GM foi supervisionada pela Organização das Nações Unidas (ONU), criada em outubro de 1945 para promover a paz na comunidade internacional, mediar disputas e impedir conflitos entre nações.	
	C8	O contexto da fundação das Alemanhas Ocidental e Oriental seguiu a lógica da nova ordem mundial, que passou a vigorar a partir de 1947, logo após o término da 2ª GM, e que durou até 1991, quando a URSS foi extinta. Nesse período pós-guerra, conhecido por Guerra Fria, os EUA e a URSS emergiram como superpotências adversárias ao liderarem sistemas políticos antagônicos e disputarem áreas de influência, de forma a implantar as suas ideologias de democracia livre norte-americana ou de socialismo comunista soviético pelo mundo. Em 1961, o setor soviético da capital alemã Berlim foi isolado dos demais pelo Muro de Berlim, que tornou-se o marco divisório da nova ordem bipolar entre os dois blocos antagônicos, liderados pelos EUA e pela URSS. **Ressalta-se** que a Alemanha Ocidental ingressou na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e que a Alemanha Oriental se aliou ao Pacto de Varsóvia, organismos internacionais que consistiam em alianças político-militares antagônicas para defesa mútua de seus integrantes em caso de confronto entre os blocos norte-americano e soviético.	

<u>Desenvolvimento</u> **(55% a 70%)** **Ideias**	**C9**	No pós-2ª GM, o surgimento das superpotências EUA e URSS ocasionou a perda da hegemonia mundial pelas potências europeias, que deixaram de ter a força política de outrora na ordem mundial bipolar vigente no período da Guerra Fria. A partir da década de 1950, como forma de reinserção política no contexto internacional, os países da Europa Ocidental adotaram o projeto de integração que deu origem à Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957 e que, ao longo de quase meio século, evoluiu para o bloco da União Europeia (UE) em 1992, com o Tratado de Maastricht. Politicamente, o bloco surgido representou uma reestruturação do poder dos Estados integrantes e a introdução no continente europeu de uma política comum sobre defesa, direitos humanos, liberdades civis e sistema político. No contexto do multilateralismo, a UE implantou o Parlamento Europeu e um conjunto de leis que passaram a reger as relações dos cidadãos dos diversos países que o compõem, assumindo posições de protagonista da política internacional ao prever a intervenção do bloco em crises políticas e humanitárias. **Cabe destacar** que a Alemanha ingressou como membro da UE em 1958, pela sua porção ocidental da época e, a partir da sua reunificação, tornou-se uma força política de prestígio no bloco, ao lado da França, pela sua postura colaborativa e de participação ativa em organismos internacionais, como a ONU, a OTAN e o próprio Parlamento Europeu, na busca de soluções adequadas aos interesses políticos do continente.	
	C10	A partir do final da década de 1980, o enfraquecimento político da URSS fez despertar um clamor nacionalista nas Alemanhas Ocidental e Oriental, que identificaram a oportunidade de reunificar o país. O marco dessa reunificação foi a queda do Muro de Berlim, que começou a ser derrubado na noite de nove de novembro de 1989, depois de 28 anos de existência. Em setembro de 1990, foi celebrado o Tratado Dois Mais Quatro, em que as antigas potências de ocupação (EUA, França, Reino Unido e URSS) declararam independência plena ao povo alemão, sendo que o território da antiga RDA foi incorporado à RFA em outubro de 1990, inaugurando o novo Estado Alemão reunificado, em condições de exercer uma grande influência política regional. O bilateralismo e os choques de ideologias que dominaram o mundo por quase meio século terminaram em 1991, por ocasião do colapso definitivo da URSS e o fim da Guerra Fria. **Cabe ressaltar** que o pós-2ª GM se caracterizou pela tendência ao multilateralismo no fenômeno de formação de blocos de países ou incremento dos blocos já existentes, propiciando ao novo Estado alemão uma posição de liderança regional nos fóruns dos organismos internacionais.	
	C11	O ambiente multilateral, surgido com o fim do debate ideológico do período da Guerra Fria e com a formação de blocos de países, propiciou que novas questões fossem colocadas na arena política junto aos organismos internacionais no início do século XXI. Assim, temas como direitos humanos, crise migratória, democracia, meio ambiente e segurança, assuntos de domínio e interesse da Alemanha reunificada, passaram a ter relevância na agenda internacional e grande influência nas relações entre os Estados. Nesse novo contexto, a crise de 2008, que afetou toda a Europa, deu-se quando a Alemanha ocupava uma posição de liderança política na União Europeia, ainda que de forma compartilhada, a quem coube envidar esforços no sentido de manter a coesão política no continente e de superar a crise, priorizando o consenso e a manutenção da permanência dos países do leste europeu (ex-integrantes da antiga URSS) no bloco, os quais eram membros desde 2004. Nota-se que as medidas levadas a efeito pela Alemanha consolidaram a sua posição de destaque na UE e nos demais organismos internacionais, como a ONU e a OTAN.	
		Conclusão parcial	
	C12	**Conclui-se, parcialmente,** que o desenvolvimento da Alemanha, entre o término da 2ª GM e a crise econômica de 2008, na expressão política, caracterizou o início e o término da ordem mundial bipolar protagonizada pelas duas superpotências (EUA e URSS), por ocasião de sua divisão ao final da guerra em 1945 e sua posterior reunificação em 1990, respectivamente. As dificuldades vivenciadas pelo povo alemão propiciaram ao país vislumbrar a união política do continente europeu como uma importante forma de integração regional e de superação dos novos desafios surgidos no cenário mundial a partir da desintegração da URSS, fazendo com que liderasse o processo de incremento da integração política no âmbito da UE e junto aos organismos internacionais, particularmente por ocasião da crise de 2008, ao priorizar a manutenção do bloco e a sua política em comum a todos os países-membros, principalmente os do leste europeu.	

		b. <u>O desenvolvimento alemão na expressão econômica</u>	
	C13	Em 1945, ao fim da 2ª GM, a divisão da Alemanha em dois países com sistemas econômicos divergentes caracterizou a nova ordem mundial bipolar iniciada no pós-guerra, período conhecido por Guerra Fria e marcado pela concorrência sistemática entre os EUA (a superpotência capitalista) e a URSS (a superpotência comunista) e pela difusão dos seus respectivos sistemas econômicos antagônicos na disputa por áreas de influência pelo mundo. **Destaca-se** que a Alemanha Ocidental iniciou a sua participação em organismos internacionais do mundo capitalista, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que viria a se tornar parte do Banco Mundial, fundado em 1945; já a Alemanha Oriental passou a frequentar as organizações econômicas centralizadas no âmbito da URSS.	
	C14	Como forma de consolidar a liderança do sistema capitalista e ampliar a influência econômica no continente europeu, a fim de atrair as nações europeias para o seu lado, os EUA criaram o Plano Marshall, no qual investiram grande quantidade de recursos financeiros na Europa para financiar a reconstrução e a recuperação econômica das nações devastadas pela 2ª GM, em particular a Alemanha Ocidental. A resposta soviética foi o lançamento do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), com a finalidade de prover o apoio econômico à Alemanha Oriental e aos países do leste europeu sob sua influência. As melhores condições de vida e o afluxo de recursos dos países ocidentais fizeram com que a RFA desenvolvesse a sua economia fortemente, se destacando no continente. **Ressalta-se** que o peso da economia da Alemanha Ocidental capacitou o país a tornar-se referência e a ter participação relevante nos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU).	
<u>Desenvolvimento</u> **(55% a 70%)** **Ideias**	**C15**	Em meados da década de 1980, os países sob a influência soviética já sentiam o peso do declínio econômico da URSS, tendo suas economias afetadas em razão da forte dependência econômica, principalmente a Alemanha Oriental, que começou a estagnar nessa área. A estrutura burocrática estabelecida, a produção insuficiente de bens de consumo, a dificuldade de incentivar a inovação na área econômica, a incapacidade de produzir com padrões razoáveis de eficiência e o não acompanhamento dos avanços obtidos pelos países capitalistas na economia, como a RFA, acabaram por desencadear um processo de desintegração da URSS. A partir daí, a Alemanha Oriental vislumbrou o momento de reunificação com a Alemanha Ocidental e o afastamento do sistema comunista soviético, como forma de alcançar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população ao fim da ordem mundial bipolar. Assim, em 1990, houve a reunificação da Alemanha e o surgimento de um dos principais países capitalistas da Europa, detentor de uma das maiores economias do mundo nos anos seguintes.	
	C16	Em 1992, foi criado o bloco econômico da União Europeia (UE), com a finalidade de estabelecer a livre circulação de pessoas, de capitais e de mercadorias entre os seus países-membros. Sua origem remonta à década de 1950 e está relacionada à necessidade de estímulo ao fortalecimento da economia dos países da Europa Ocidental no pós-guerra. Esse processo de integração econômica foi iniciado com o estabelecimento de uma área de livre comércio entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo (BENELUX), que, com a adesão da Alemanha Ocidental, da França e da Itália para a reunião de suas indústrias siderúrgicas e de carvão sob um sistema integrado, transformou-se na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1952. Posteriormente, com a ampliação do acordo para demais ramos da indústria e setores da economia, foi assinado o Tratado de Roma em 1957, estabelecendo a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) ou Mercado Comum Europeu (MCE), que aceitou a adesão de outros países nas décadas seguintes. A União Europeia, em conformidade com o novo cenário internacional de multipolaridade, estabeleceu a fundação de um Banco Central único e uma união econômica e monetária, com a criação de uma moeda exclusiva em 1999, denominada euro (€), adotada por 19 membros, a fim de facilitar as trocas comerciais e impulsionar o desenvolvimento econômico do bloco. **Destaca-se** que a Alemanha Ocidental foi um dos primeiros países a se tornar membro do órgão que viria a evoluir para o bloco econômico da União Europeia, criado após a sua reunificação com a Alemanha Oriental, tornando-se um dos principais membros com grande influência em organismos internacionais pelo seu diversificado parque industrial e por sua pujante força econômica.	

Desenvolvimento **(55% a 70%)** **Ideias**	**C17**	Ao início do século XXI, em 2008, uma crise econômica, iniciada nos EUA, atingiu a Europa, particularmente os países da Zona do Euro, afetando grande parte dos investidores. Para evitar a falência geral de bancos de investimento europeus, muitos governos envidaram recursos para socorrê-los e evitar o agravamento da crise no setor, elevando a dívida pública e aumentando o risco de calotes, em especial Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. O quadro de recessão ameaçava gerar mais estagnação econômica, com o mercado consumidor menos ativo, com a retração dos lucros das empresas e com ocorrência de greves e protestos da população, que não aceitava as medidas de austeridade impostas pelos FMI e pelo Banco Mundial. Coube à Alemanha, maior economia do bloco, a realização de tratativas entre os organismos internacionais e a União Europeia, a fim de ampliar o emprego e os investimentos na economia junto aos países de economia mais fragilizada, de forma a estancar a crise e retomar o crescimento econômico do continente europeu. **Cabe destacar** a atuação da Alemanha junto aos organismos internacionais no sentido de atenuar os efeitos da crise na Europa, bem como a disponibilização de seus vastos recursos financeiros para estabilizar a economia dos países mais atingidos.	
		Conclusão parcial	
	C18	**Infere-se, parcialmente,** que o desenvolvimento da Alemanha, na expressão econômica, demonstrou o surgimento de uma potência econômica no continente europeu e de uma das maiores economias do mundo. As capacidades econômicas adquiridas propiciaram ao país um papel importante na união econômica e monetária do continente, bem como ser um símbolo da prosperidade no cenário mundial formado a partir da dissolução da URSS. Por ocasião da crise de 2008, o notável desenvolvimento econômico permitiu que conduzisse o processo de manutenção da integração econômica da UE, particularmente ao priorizar a intermediação entre o bloco e os principais organismos internacionais na construção de uma solução adequada aos países-membros, de forma a alavancar a economia regional em um quadro de recessão.	
	C19	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO**	**Obs**
Conclusão **(20% a 30%)** **Ideias**	**C20**	O desenvolvimento da Alemanha marcou o início e o fim do período da Guerra Fria, bem como a inauguração de uma nova ordem mundial marcada pela multipolaridade.	
	C21	**Em síntese,** a Alemanha de 1945, uma nação derrotada na 2ª GM, sem prestígio político e com a economia arruinada, passou por diferentes etapas, desde a sua divisão, em 1949, em dois países distintos e antagônicos, até a sua reunificação em 1990, como também se transformou em uma potência política e econômica no âmbito da UE e do mundo. Desde o pós – 2ª GM até a crise de 2008, adquiriu grande influência junto aos organismos internacionais e teve uma significativa participação no processo de integração política e econômica do continente europeu, assim como no aumento da influência e na manutenção da integridade do bloco nos anos seguintes, ao contribuir para mitigar os efeitos negativos que afetaram a Europa na área política e econômica.	
	C22	**Conclui-se**, pela análise do desenvolvimento alemão na expressão política, que a Alemanha tende a ter uma liderança significativa no futuro político da União Europeia, frente aos novos desafios do século XXI. A experiência política adquirida no conturbado período da Guerra Fria capacitou o país a tratar, a debater e a sugerir soluções relacionadas aos novos e relevantes temas surgidos e que são objetos de constante preocupação internacional, a exemplo da causa ambiental e das sucessivas levas migratórias. O elevado prestígio político alcançado pela Alemanha lhe pode garantir um papel de considerável liderança política no âmbito do bloco, dos organismos internacionais, das demais lideranças políticas do mundo e da opinião pública europeia e mundial.	
	C23	**Conclui-se, ainda**, pela análise do desenvolvimento alemão na expressão econômica, que a Alemanha, provavelmente, terá um expressivo papel no futuro da economia do bloco da União Europeia em face de sua liderança no processo de fortalecimento e na manutenção da saúde produtiva, financeira e comercial do bloco. No futuro da UE, a pujança de sua economia a credencia a um papel de relevo na continuidade da valorização do euro e na garantia da estabilidade e da prosperidade econômica do bloco. A sua grande influência e respeitabilidade alcançadas em organismos internacionais da área econômica permitem que a Alemanha seja um país de elevada credibilidade financeira e a principal fiadora das decisões econômicas a serem tomadas no âmbito do bloco.	

Conclusão (20% a 30%) **Ideias**	**C24**	Por fim, a Alemanha é um caso de notável exemplo de superação das adversidades verificadas no pós-2ª GM, o que a qualificou, naturalmente, a ter um importante papel de liderança do continente europeu nas áreas política e econômica na atualidade e no futuro da UE, concedendo crescente relevância e influência do bloco europeu junto aos organismos internacionais.	
	C25	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	**A1:** Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente**.**	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	**B1:** Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo**.**	**C1**: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto**.**	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	**D1:** Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	**E1:** Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
	E5: Apresentação / Rasura	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		

RESULTADO DA QUESTÃO	
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)	

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

"Existiam […] diferenças pessoais e de concepções, separando os partidários de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Em torno do velho marechal, reuniam-se os chamados tarimbeiros, quase todos veteranos da Guerra do Paraguai.
[...]
Embora Floriano não fosse positivista e tivesse participado também da Guerra do Paraguai, os oficiais que se reuniam à sua volta […] eram jovens que haviam frequentado a Escola Militar e recebido a influência do positivismo. Concebiam sua inserção na sociedade como soldados-cidadãos, com a missão de dar um sentido aos rumos do país.
[…]
Apesar da profunda rivalidade existente entre os grupos do interior do Exército, eles se aproximavam em um ponto fundamental. […] Eram sim, antes de mais nada, os porta-vozes de uma instituição – o Exército – que era parte do aparelho do Estado.
[…]
Para eles, […] a autonomia das províncias tinha um sentido suspeito, não só por servir aos interesses dos grandes proprietários rurais como por incorrer no risco de fragmentar o país."
*(FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008, p. 246)*

Apresentar as crises de abrangência nacional ocorridas no Brasil durante o século XX, **destacando** a participação do Exército Brasileiro em tais acontecimentos históricos.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		Obs
Introdução (10% a 20%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**		**Obs**
Desenvolvimento (80% a 90%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução e desenvolvimento.		
	M8	Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa).	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M10	Citação e justificativa das ideias com ligação de causa e efeito.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M11	Atendimento da imposição do destaque	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 20%) Algumas ideias	C1	As crises de abrangência nacional ocorridas no Brasil durante o século XX foram acontecimentos históricos que marcaram e moldaram o país e a sociedade brasileira.	
	C2	Em 1901, o Brasil havia, recentemente, deixado de ser uma monarquia e se tornado uma República Federativa, a partir de 1889. Até o final do século XX, a república brasileira passou por diferentes fases que se sucederam em decorrência de diferentes crises de abrangência nacional, tendo, cada uma delas, apresentado características próprias do período histórico em que transcorreram.	

<u>Introdução</u> **(10% a 20%)** **Algumas ideias**	**C3**	A primeira fase da República brasileira foi a denominada Primeira República ou República Velha, ocorrida no período de 1889 a 1930 e dividida em dois períodos distintos: República da Espada, que contou com dois militares na Presidência da República, o Marechal Deodoro da Fonseca e o Marechal Floriano Peixoto; e a República das Oligarquias, governada por presidentes civis oriundos das oligarquias agrárias de São Paulo e de Minas Gerais, controladoras da política no Brasil em um sistema de revezamento de poder entre elas. As fases seguintes foram: a Era Vargas, de 1930 a 1945, período em que o Brasil foi governado, unicamente, pelo Presidente Getúlio Vargas; a fase da Segunda República, de 1945 a 1964, caracterizado pela redemocratização; a fase dos governos militares, de 1964 a 1985, em que os cargos de presidente foram exercidos por militares da mais alta patente do Exército; e a fase da Nova República, de 1985 aos dias atuais, em que a Presidência da República passou a ser ocupada por presidentes civis.	
	C4	No século XX, cada fase da República brasileira evoluiu a partir do surgimento de novos e diferentes interesses políticos, econômicos e sociais que terminaram por desencadear crises de abrangência nacional, a fim de atender os anseios da sociedade e proporcionar as necessárias mudanças no cenário brasileiro vigente. Em todas as fases, o Exército Brasileiro teve participação ativa, como importante parte integrante da sociedade, atuando em prol dos interesses nacionais manifestados.	
	C5	A seguir, serão apresentadas as crises de abrangência nacional ocorridas no Brasil durante o século XX, destacando a participação do Exército Brasileiro em tais acontecimentos históricos.	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**	**Obs**
<u>Desenvolvimento</u> **(80% a 90%)** **Algumas ideias**	**C7**	**a. <u>Crise do Estado oligárquico no Brasil</u>** Por volta dos anos 1920, a sociedade brasileira tecia críticas à República das Oligarquias, então dominada pelas oligarquias rurais de São Paulo, produtora de café, e de Minas Gerais, produtora de leite. Em um processo conhecido por “política do café com leite”, as oligarquias paulista e mineira mantinham o controle do poder, com uso dos poderes locais na definição das eleições em um sistema político de troca de favores. Na época, os anseios eram a moralização da política e a modernização da economia, por meio do voto secreto, de um Estado forte, da centralização política, da educação do povo e da diversificação do modelo econômico brasileiro. Nesse contexto, **destaca-se** o surgimento do Movimento Tenentista, em que setores da baixa e média oficialidade do Exército Brasileiro passaram a contestar a ordem republicana e a cobrar as desejadas mudanças nos rumos do país.	
	C8	**b. <u>Eclosão da Revolta dos 18 do Forte</u>** No contexto da crise do Estado oligárquico no Brasil, em 5 de julho de 1922, eclodiu a Revolta dos 18 do Forte, no Rio de Janeiro. Nesse acontecimento histórico, um grupo de militares tomou o Forte de Copacabana. O objetivo era impedir a posse de Arthur Bernardes na presidência. Após intenso bombardeio pelas forças legais, 17 integrantes desse grupo, acompanhados de um civil, decidiram resistir e marchar pela avenida, sobrando ao final apenas dois militares: Siqueira Campos e Eduardo Gomes. **Cumpre ressaltar** que a crise representou a insatisfação desse grupo com a ordem republicana vigente e tornou-se a primeira reação contra a República das Oligarquias.	
	C9	**c. <u>Surgimento dos levantes militares de 1924</u>** A partir de 1924, surgiram variados movimentos armados, liderados pelos militares tenentistas, na tentativa de retirar as oligarquias do poder. O julgamento e a punição dos implicados na Revolta dos 18 do Forte agravaram as relações entre os militares e o Governo Federal. A tensão crescente fez eclodir, dois anos depois, em 5 de julho de 1924, uma rebelião militar em São Paulo, que serviu de foco inspirador para a ocorrência de demais movimentos em todo o país, particularmente no Rio Grande do Sul. As forças legalistas conseguiram debelar os movimentos e os revoltosos de São Paulo e do Rio Grande do Sul se retiraram rumo ao Paraná. **Destaca-se** que os levantes de 1924 evidenciaram a crise do Estado oligárquico e o fato de que o tenentismo estava em franca atividade contra a República Velha, em que militares se colocaram como representantes legítimos do Exército na luta pelos interesses nacionais de renovação política.	

Desenvolvimento **(80% a 90%)** **Algumas ideias**	**C10**	**d. <u>Formação da Coluna Prestes</u>** Em prosseguimento à crise do Estado oligárquico no Brasil, em abril de 1925, houve o encontro dos militares do movimento tenentista, retirantes dos levantes de São Paulo e do Rio Grande do Sul, em Foz do Iguaçu, no Paraná. Desta união, houve a formação de uma coluna militar, chefiada pelo capitão Luiz Carlos Prestes, que partiu para o interior do país com o objetivo de mobilizar a população contra o governo e as oligarquias, vindo a ser conhecida como Coluna Prestes. A coluna possuía cerca de 1500 homens e atravessou vários estados, sempre com as tropas legalistas em sua perseguição. Após marcharem 25 mil quilômetros, já cansados e sem perspectivas, os integrantes da coluna entraram em território boliviano em 1927, onde conseguiram asilo político.	
	C11	**e. <u>Deflagração da Revolução de 1930</u>** A Revolução de 1930 foi o acontecimento histórico que marcou o fim da República Velha, e ocorreu pela insatisfação das oligarquias dos demais estados com o domínio político de São Paulo e de Minas Gerais no revezamento do poder. Para as eleições de 1930, houve a indicação do paulista Júlio Prestes para suceder o também paulista Washington Luís na presidência. Inconformada, a oligarquia mineira se tornou oposição e se aliou aos gaúchos e paraibanos no lançamento de Getúlio Vargas para presidente, passando a defender o voto secreto, a criação de uma justiça eleitoral, a moralização da política e a anistia aos participantes dos movimentos contrários às oligarquias do poder dos anos 1920. A vitória de Júlio Prestes e o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio, desencadearam uma violenta crise política e fizeram com que os derrotados na eleição presidencial se unissem aos militares tenentistas e acabassem por deflagrar um intenso movimento político-militar, conhecido como Revolução de 1930, que se alastrou rapidamente pelo país, culminando com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. **Cabe destacar** que, diante da possibilidade de uma guerra civil, oficiais do Exército garantiram a posse de Getúlio Vargas na presidência, pondo fim à República Velha e marcando o início de uma nova fase republicana: a Era Vargas.	
	C12	**f. <u>Eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932</u>** Ao assumir a presidência, Vargas revogou a Constituição de 1891, substituiu os governantes estaduais por interventores e fechou o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras dos vereadores, passando a governar de forma centralizada por meio de decretos, para realizar as reformas propostas e eliminar o poder das oligarquias. A oligarquia cafeeira e os setores urbanos da sociedade paulista estavam insatisfeitos com o Governo Provisório de Vargas e exigiam a nomeação de um interventor civil, a autonomia dos estados e a elaboração de uma nova Constituição, como tentativa de retornarem ao poder. Nesse sentido, as promessas de Vargas eram vagas e pouco consistentes. Assim, em 9 de julho de 1932, São Paulo rompeu com Vargas e iniciou uma crise, caracterizada por um movimento de luta armada, a Revolução Constitucionalista. Sem o esperado apoio de outros estados e após três meses de combates, os revoltosos foram derrotados pelas forças legais. Ao fim, após entendimentos entre as partes, Vargas nomeou um interventor civil paulista e convocou a Assembleia Nacional Constituinte para a nova Constituição de 1934. **Ressalta-se** que os interventores dos estados eram, em sua maioria, tenentes do Exército da confiança do governo e que o movimento foi debelado pelo emprego de forças militares fiéis a Vargas, lideradas pelo General Góis Monteiro.	
	C13	**g. <u>Surgimento da radicalização ideológica</u>** Em 1932, nasceu a Ação Integralista Brasileira (AIB), dando início ao fascismo no Brasil. A AIB possuía princípios ultranacionalistas de extrema direita e seus membros repudiavam a democracia liberal e rejeitavam o comunismo. Em oposição à AIB, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento radicalmente oposto às ideias fascistas e de forte orientação comunista. O surgimento da AIB e da ANL estava em sintonia com o radicalismo das ideologias nacionalistas em voga na Europa e marcaram o início de uma crise de radicalização ideológica no Brasil, em que ambos os movimentos se confrontavam constantemente nas ruas**. Destaca-se** que tais movimentos contaram com a participação das antigas lideranças tenentistas em seus quadros, a exemplo dos capitães do Exército Luís Carlos Prestes (junto à ANL) e Olímpio de Mourão Filho (filiado à AIB).	

<u>Desenvolvimento</u> **(80% a 90%)** **Algumas ideias**	**C14**	**h. <u>Eclosão da Intentona Comunista de 1935</u>** Em julho de 1935, Vargas decretou a ilegalidade da ANL. Os aliancistas, com o apoio da União Soviética e afirmando que o governo estava ao lado dos integralistas, iniciaram os preparativos de uma revolução, vista como única forma de atingirem seus objetivos de tomada de poder. Em novembro de 1935, a revolução eclodiu nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro em dias diferentes. Sem apoio popular e após intensos combates, os rebeldes acabaram por se render e a Intentona Comunista fracassou. Em meio à crise gerada, o governo desencadeou uma forte repressão aos comunistas, retirando a autonomia do Legislativo, fortalecendo o aparato policial e decretando estado de sítio e estado de guerra até 1937. **Cumpre destacar** que a Intentona Comunista foi planejada pelo aliancista Luís Carlos Prestes, tendo como consequência a disseminação de um forte sentimento contrário à ideologia do comunismo no Exército Brasileiro.	
	C15	**i. <u>Instauração do Estado Novo</u>** Após a Intentona Comunista, com a crise instaurada nos setores político e militar, o Congresso Nacional aprovou uma série de medidas que aumentaram o poder de Getúlio Vargas, fortalecendo o projeto de instaurar um governo autoritário no Brasil. Em meio aos preparativos para a sucessão presidencial de 1937, descobriu-se um plano de tomada do poder pelos comunistas, o Plano Cohen, posteriormente constatado ser falso. O fato serviu de alegação para que Vargas, em nome do combate ao comunismo, desse um golpe de Estado e se mantivesse no poder, dando início à fase do Estado Novo. O Congresso Nacional foi fechado, os partidos políticos foram extintos e a campanha presidencial e a Constituição de 1934 foram suspensas. O Exército Brasileiro cumpriu seu papel constitucional, apoiando o poder executivo e a continuidade de Vargas, com o objetivo de manter a estabilidade do país diante das graves ameaças de implantação do comunismo no Brasil.	
	C16	**j. <u>Crise do desgaste do Estado Novo</u>** Com o final da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo em 1945, a democracia liberal recuperou o seu prestígio. Vargas, percebendo uma crise de desgaste do Estado Novo e que a redemocratização seria inevitável, desencadeou medidas no sentido de acabar com a censura à imprensa, de anistiar os presos políticos e de permitir que novos partidos políticos fossem organizados. Assim, foram marcadas novas eleições para presidente da República, senadores e deputados federais. Imediatamente, surgiram manifestações populares, com o apoio do Partido Comunista e de Luís Carlos Prestes, que exigiam a continuidade de Getúlio na presidência, em um movimento conhecido por “queremismo”. A fim de evitar que Getúlio, incentivado por esse movimento, realizasse alguma manobra política de permanência no poder com uma possível guinada à esquerda, os generais Góis Monteiro e Dutra lideraram um movimento contra Getúlio Vargas, que resultou na transição para um período democrático. **Destaca-se** que o Exército Brasileiro garantiu a redemocratização por meio da realização do processo eleitoral sem a participação de Getúlio, pondo fim ao Estado Novo e à Era Vargas e dando início à fase da Segunda República, com a eleição do General Dutra para presidente, no período de 1946 a 1951.	
	C17	**k. <u>Crise de 1954 e o suicídio de Getúlio Vargas</u>** No decorrer da Segunda República, ocorreu a crise de 1954 durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que assumiu a presidência em 1951, ao ser eleito por voto direto. Vargas teve um mandato tumultuado devido às medidas administrativas contraditórias tomadas e às acusações de corrupção que colocaram o seu governo em crise. Em fevereiro de 1954, um protesto público, na forma de manifesto à nação dos militares contra o governo, chamado Manifesto dos Coronéis, demonstrou a insatisfação da área militar com o governo de Getúlio. Em agosto, o envolvimento de pessoas próximas a Vargas, na tentativa de assassinato do deputado Carlos Lacerda, seu principal opositor, culminou com a morte de um major da Aeronáutica. O crime ligado a Vargas causou comoção geral e ampliou ainda mais o movimento contrário a ele. Diante da pressão pela imediata renúncia, suicidou-se na manhã de 24 de agosto. O ato consternou o país e ocasionou várias greves e paralisações de serviços. **Ressalta-se** que a crise do segundo governo de Vargas motivou a assinatura de um manifesto por 27 Generais do Exército, que exigiram a renúncia do presidente. Posteriormente, após o suicídio de Vargas, o Exército garantiu a posse do candidato recém-eleito à presidência, Juscelino Kubitscheck, por meio de um movimento político-militar liderado pelo General Henrique Teixeira Lott.	

<u>Desenvolvimento</u> **(80% a 90%)** **Algumas ideias**	**C18**	**l. <u>Renúncia de Jânio Quadros</u>** Na sequência do governo de Juscelino Kubitscheck, foi eleito o candidato Jânio Quadros, tendo João Goulart como seu Vice-Presidente. O seu governo revelou uma política repleta de incoerências e de atitudes descabidas, ocasionando forte perda em sua base de apoio político. A sua postura ambígua na questão da reforma agrária e a sua política externa de restabelecimento das relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com a China comunista, além da condenação do isolamento da Cuba revolucionária pelo governo norte-americano, causaram grande descontentamento nos setores político e militar. Em 25 de agosto de 1961, enquanto seu vice estava em visita à China comunista, Jânio decidiu renunciar ao cargo de presidente, gerando uma grave crise, provavelmente na esperança de que intensas manifestações populares exigissem a sua permanência e garantissem total liberdade de ação no eventual prosseguimento de seu governo, o que não ocorreu**. Cumpre ressaltar** que, desconfiando das intenções políticas de João Goulart, o Exército e as demais Forças singulares só aceitaram o seu retorno ao Brasil e a sua posse na presidência devido ao estabelecimento de um regime parlamentarista de governo, que iria reduzir os seus poderes constitucionais. Assim, com o regime parlamentarista estabelecido, João Goulart assumiu a Presidência como Chefe de Estado, mas o governo passou a ser exercido por um primeiro-ministro, sob a vigilância do Parlamento.	
	C19	**m. <u>Movimento cívico-militar de 1964</u>** Em 1963, João Goulart obteve a restituição do poder político como chefe de governo quando da vitória do presidencialismo em um plebiscito pela manutenção ou não do parlamentarismo. Sem uma base de apoio parlamentar para aprovar seus projetos políticos, econômicos e sociais, João Goulart incentivou a mobilização das classes populares, do movimento estudantil e do movimento sindical, tornando o país palco de agitações sociais. Em 1964, a instabilidade se agravou, acentuando o descontentamento nos setores produtivos. Em março, ocorriam comícios e reuniões com a presença de milhares de trabalhadores em apoio a João Goulart, enquanto demais setores da sociedade realizavam marchas de repúdio às tentativas de comunização no país, como a "Marcha da Família, com Deus e pela Liberdade", de São Paulo. As Forças Armadas estavam sendo afetadas com a quebra de hierarquia e disciplina, à medida que sargentos e demais praças participavam de debates e discursavam em reuniões de apoio ao presidente. Nesse contexto, ocorreu um movimento cívico-militar em 31 de março de 1964, com a presença das Forças Armadas, na busca da estabilidade política. **Destaca-se** a participação efetiva do Exército Brasileiro na retomada da ordem e da normalidade institucional ao repelir a crise de desordem política, econômica e social, tendo o Marechal Castello Branco assumido a presidência e iniciado uma nova fase da República brasileira, composta por governos militares.	
	C20	**n. <u>Movimento “diretas já” e a morte de Tancredo Neves</u>** O último presidente militar, o General Figueiredo, assumiu a presidência em março de 1979, com o compromisso de levar adiante a abertura política no país. Seu governo aprovou a Lei de Anistia, que promoveu a anistia ampla, geral e irrestrita a todos os cassados durante os governos militares, causando reações contrárias e a ocorrência de atentados por grupos de extrema direita. Em 1983, surgiu um movimento político pela emenda das eleições diretas para a Presidência da República, chamado “Diretas Já”, de grande apelo popular e com elevado potencial de crise no processo de redemocratização. Apesar de a emenda não ter sido aprovada no Congresso Nacional, o movimento dominou a cena política nacional nos meses seguintes e fez aumentar a ala oposicionista. Em 15 de janeiro de 1985, o civil oposicionista Tancredo Neves foi eleito para a presidência, prometendo fundar uma Nova República, baseada em um pacto social que amenizasse as tensões entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. No entanto, Tancredo Neves adoeceu e não chegou a tomar posse, vindo a falecer em 21 de abril, ocasionando uma crise de incerteza política e jurídica quanto à sucessão presidencial. Por fim, o vice José Sarney assumiu a Presidência, pondo fim à fase dos governos militares e inaugurando a fase da Nova República. **Destaca-se** a participação do Exército na redemocratização do país, garantindo a posse de José Sarney como Presidente do Brasil.	

<u>Desenvolvimento</u> **(80% a 90%)** **Algumas ideias**	**C21**	**o. <u>O processo de "Impeachment" de Collor</u>** Ao final do governo Sarney, foi eleito Fernando Collor de Mello, por voto direto, para a Presidência da República, no período de 1990 a 1994. Logo nos primeiros dias de mandato, lançou o Plano Collor, com medidas antipopulares, como o bloqueio de poupanças e de contas correntes. No ano de 1991, lançou o Plano Collor II, em que salários e preços foram congelados. Promoveu a abertura abrupta da entrada de produtos estrangeiros e a indústria nacional foi diretamente atingida pela concorrência com produtos importados. Assim, os planos acabaram por levar o país a um dos piores índices de desemprego da história, entrando em profunda recessão. No segundo ano de mandato, começaram a surgir os escândalos envolvendo o nome do Presidente da República e de seu tesoureiro de campanha, devido à concessão de vantagens no governo em troca de apoio financeiro à campanha eleitoral. O escândalo, associado à recessão econômica, gerou uma grave crise e causou um descontentamento geral, que levou os brasileiros às ruas em um movimento nacional pela deposição do presidente. A pressão popular, a falta de apoio parlamentar e a investigação do escândalo deram origem ao processo de *impeachment* no ano de 1992, que resultou no seu afastamento em outubro daquele ano e na posse de Itamar Franco, seu vice, na presidência. **Ressalta-se** que o Exército não interferiu na crise instaurada, em observância aos anseios da sociedade brasileira e ao preceito de legalidade do processo de *impeachment* do presidente, previsto na Constituição de 1988.	
	C22	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	**A1:** Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente**.**	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	**B1:** Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo**.**	**C1**: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto**.**	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	**D1:** Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	**E1:** Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
	E5: Apresentação / Rasura	

EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)	

RESULTADO DA QUESTÃO	
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)	

ORIENTAÇÕES GERAIS

O avaliador deverá fazer as observações que julgar pertinentes na própria prova e no espaço abaixo, de maneira a orientar o estudo do aluno no PEP.

A prova deverá ser corrigida por menções (E-MB-B-R-I) em cada uma das partes que a constituem, formulando-se uma avaliação geral por questão, de modo a facilitar o direcionamento do estudo do aluno para que realize uma prova equilibrada.

Algumas ideias são sugeridas para balizar a avaliação do conhecimento a ser feita pelo orientador.

No que se refere ao MÉTODO, as considerações a serem feitas pelo Avaliador deverão estar de acordo com o prescrito na Publicação de MÉTODO, do CP/CAEM.

Para uma melhor preparação quanto à Expressão Escrita, sugere-se ao aluno do PEP enviar sua prova para um professor de Português.

A divisão do item “Desenvolvimento” em partes ou itens coerentes, no ND análise deve ser encarada de forma específica, admitindo-se várias formas de solução, de acordo com o pedido formulado.

OBSERVAÇÕES JULGADAS PERTINENTES PARA A ORIENTAÇÃO